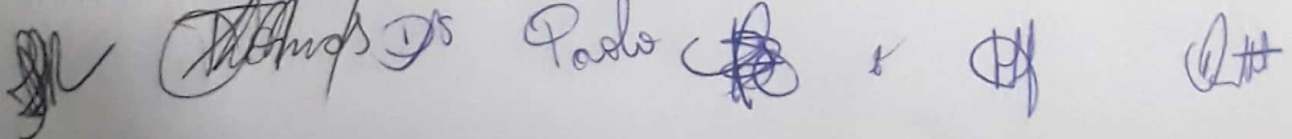
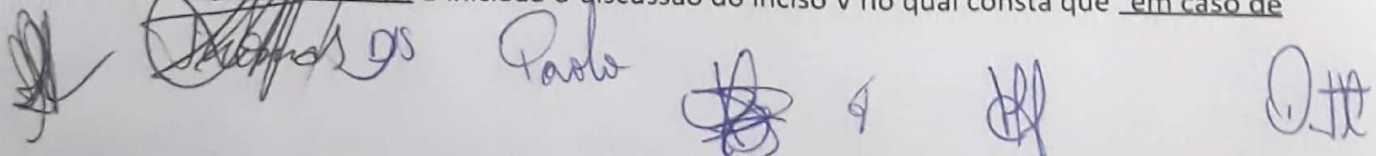


**ATA Nº 07/2018 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS.** Aos doze dias do mês de novembro, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se, na Casa dos Conselhos, sito na rua 1822, nº 1510 – Centro – Balneário Camboriú, os(as) seguintes conselheiros(as) do CMDH: Ana Carolina Lemos Cavalheiro – Suplente/Secretaria de Educação, Vitor Moreira de Moraes Lopes – Titular/Secretaria de Saúde, David Tiago Cardoso – Titular/Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, Taísa de Oliveira Duwe – Titular/Procuradoria Geral, Wagner Luis Henrique da Rosa – Titular/OAB, Débora Zomer Gomes Veber – Titular/Biblioteca Bem Viver, Otávio José Zini Vieira (Titular) e Claudemir Gonçalves (Suplente) (Amigos e Tribos), Thomas Herman Sant'Ana Maciel – Titular/COOPERMAR, Retijane Popelier – Suplente/ACESA e Ana Lucia Lodi Ribeiro – Titular/SEMEAR. Justificou sua ausência o conselheiro: Giovan Nardelli, representante titular da ACAD. No que diz respeito à justificativa da conselheira Andréa Kersten Carvalho – Titular/Mães pela Diversidade, não foi aceita pela plenária. Outros representantes: Daniela Sema Hoffmann (PAIS) e Bárbara Oliveira (Casa dos Conselhos). Antes de iniciar a reunião, o presidente Otávio lembra que a pauta do dia é exclusivamente o Regimento Interno e que não será tratado nenhum outro assunto além desse, também fala da importância do controle das faltas, às quais podem levar à perda da cadeira e alterações na suplência e titularidade. Informa que todas as justificativas deverão ser encaminhadas por e-mail até dois dias antes, caso não seja possível, até quarenta e oito horas depois. As justificativas prévias serão julgadas na reunião ordinária e as posteriores, na reunião posterior. Alguns conselheiros alegam não terem recebido o e-mail da convocação para a reunião, David explica que pode ter ido para a lixeira do e-mail. De um modo geral é solicitada uma melhoria na forma de comunicação. O presidente explica que a convocação vai por dois meios: por whatsapp e por e-mail. É solicitado o encaminhamento do calendário de reuniões. Conselheiro alega que no whatsapp são encaminhadas muitas mensagens e fica complicado visualizar quando é encaminhada a data da reunião, para o qual é solicitado um grupo exclusivo para encaminhamento das convocações e notificações, não descartando o grupo existente no qual são postadas informações importantes referentes aos Direitos Humanos. Após aguardar horário da segunda chamada, sendo as quatorze horas e quarenta e oito minutos, o presidente Otávio dá início à reunião, procedendo à leitura da proposta do Regimento Interno, sendo apresentado a todos para possibilitar a visualização e acompanhamento da leitura e análise do mesmo. Capítulo I. DA FINALIDADE **Artigo 1.** Referente à finalidade do Regimento, Aprovado. Capítulo II DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA. No artigo 3º inciso I, é solicitado acrescentar “a garantia dos direitos da população negra e quilombola”, também “em situação de risco e vulnerabilidade social”, religiões não hegemônicas, moradores e pessoas em situação de rua, “sendo esse rol apenas exemplificativo e não taxativo”. É discutido o caso da defesa de direitos das pessoas no sistema prisional, mas o presidente esclarece que não é possível atuar em Itajaí, mas somente após o egresso. No Art. 3º, incisos II, III, IV, V, VI, VII (Será feito na Casa dos Conselhos), VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI APROVADOS e no inciso XVII é acrescentado o plural na palavra direito (violação de direitos). No Capítulo III - DA COMPOSIÇÃO: no Art. 4º o inciso I é aprovado, no inciso II é feita a correção: 15ª **Subseção**, no inciso III, a) é aprovada a sugestão de acrescentar movimento negro **e/ou quilombola**, b, c, d, e, f, g APROVADOS, e Parágrafo único APROVADO. No Art. 5º, parágrafo 1º, é solicitado deixar tudo no singular, ficando da seguinte maneira: Cada um dos representantes de que trata o artigo 4º deste Regimento Interno terá um membro suplente, **que será indicado pelo respectivo órgão** e com a função de substituir o **titular** em caso de ausência. Parágrafo 2º APROVADO. Na Seção II DOS MEMBROS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS, Art. 6º, parágrafo 1º APROVADO, parágrafo 2º APROVADO. No parágrafo 3º, o presidente explica que a qualquer tempo podem se inscrever, não sendo determinado um tempo específico para inscrição das entidades; parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º, APROVADOS. No que diz



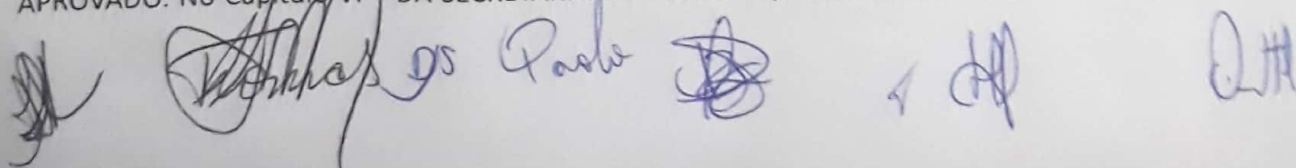


respeito ao parágrafo 8º uma das representantes questiona o fato de um representante governamental ser cargo comissionado ou função de confiança ou gratificada, vinculado à administração pública, para o qual é esclarecido que no seu caso não há impedimento para fazer parte do conselho pois este parágrafo se refere aos representantes da sociedade civil. Capítulo IV DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO: Art. 7º, Art. 8º Art. 9º APROVADOS. **É analisado o parágrafo 3º do Art. 8º**, sendo esclarecido que no caso do cargo de Presidente, independente de se tratar de representante governamental ou não-governamental, o mesmo não poderá ser cargo comissionado ou exercer função gratificada na administração pública, o que não o impede de se candidatar à vice-presidência deste conselho. Após, **é sugerido acrescentar a vedação para o cargo de vice-presidente também**, por considerar que na falta do presidente, este deverá ser substituído pelo vice-presidente, e se for um cargo comissionado não poderá assumir a presidência. David manifesta a situação da atual vice-presidente, que desempenha um cargo comissionado, a qual foi eleita previamente à aprovação do Regimento, então é questionado à plenária se deve ser retirada do cargo ou se, por considerar que sua nomeação foi prévia ao Regimento, deverá permanecer no cargo até a próxima eleição. Respondendo aos questionamentos dos conselheiros, o presidente esclarece que no Regimento não consta a alternância obrigatória entre governamental e não-governamental a cada ano, na representação da presidência. **Outra sugestão é modificar o parágrafo 4º retirando a parte sublinhada a seguir:** § 4º Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora, não sendo o presidente, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá à Plenária do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, por considerar que na falta do presidente, o vice não vira presidente e sim substitui o mesmo temporariamente. **Sendo deliberado pela plenária a permanência do artigo 3º da maneira inicial e modificando o parágrafo 4º retirando "não sendo o presidente"**, com o qual sempre que houver vacância em qualquer cargo da Mesa Diretora, inclusive na presidência, a Plenária elegerá por voto ou aclamação. Após, é analisada a SEÇÃO I – DA PLENÁRIA. No que diz respeito ao Art. 10, parágrafo 2º é sugerido que na reunião do mês de dezembro seja deliberado se o conselho irá se reunir em janeiro ou não. No Art. 11. Parágrafo 1º **é solicitado que seja retirada a convocação por grupo de whatsapp, ficando da seguinte maneira: § 1º A convocação ocorrerá por meio eletrônico, sendo e-mail e (whatsapp) aplicativo de mensagem eletrônica.** No artigo 13, parágrafo primeiro é solicitado que seja substituída a frase "O conselheiro que se ausentar... por: "O conselheiro que FALTAR...". Também no início do Art. 13 o presidente sugere acrescentar que na ausência ocorrida por motivo de força maior, justificada por escrito à Presidência **e validada pela Mesa Diretora**, para o qual uma das representantes do conselho lembra que consta que a validação é feita pela plenária. Logo, é feita a leitura e análise da Subseção I – Dos procedimentos, sendo APROVADA. Após, procede-se à leitura da Subseção II – Da pauta, sendo APROVADA. Na Subseção III – Das deliberações, é modificado o tempo do uso da palavra, ficando da seguinte maneira: § 2º A palavra será disponibilizada na ordem de inscrição, sendo permitido um tempo máximo de **03 (três) minutos**, extensíveis para mais **02 (dois)** por apenas uma vez. Sendo esclarecido que apenas uma vez se refere à extensão do tempo e não ao número de vezes que o representante pode pedir a palavra. No que diz respeito ao Art. 21 § 2º, o presidente esclarece que os votos divergentes ou concordantes serão registrados em ata se houver esse pedido, isto é, se alguém quiser a declaração de votos então constará em ata, caso contrário não irá constar. No artigo 25, são acrescentadas as palavras que constam em destaque, ficando da seguinte maneira: Art. 25 Ao interessado é permissível, até a reunião subsequente, em requerimento ao Presidente, solicitar a reconsideração de deliberação exarada em reunião anterior, justificando possível ilegalidade, **incoerência, erro, inadequação técnica ou qualquer outro vício**. Passa-se então à análise da Subseção IV – Da ata. É iniciada a discussão do inciso V no qual consta que "em caso de






algum conselheiro sair antes do término da reunião deverá ser constatado no ato o horário que o mesmo se ausentou, em caso de saídas antes do horário de término previsto, sem justificativa, o mesmo constará como falta". O conselheiro David propõe que ao invés de ser considerada falta para os conselheiros que se retirarem antes de finalizar a reunião, que seja considerado um tempo de aproximadamente dois terços da duração previamente estimada da reunião para liberação de retirada sem justificativa. Outras sugestões dos conselheiros: a) em caso de saídas sem justificativa antes de uma hora e meia de reunião... b) Poderá sair sem justificativa após uma hora e meia da primeira chamada. c) O presidente considera que o tempo deve ser de duas horas. d) É solicitado que no encaminhamento da pauta seja encaminhada a duração estimada da reunião. e) conselheira argumenta manifestando que os conselheiros que chegam na hora marcada, ficam aguardando pela chegada dos outros, aguardando até meia hora para iniciar a reunião, consequentemente, se forem se retirar após o prazo de duas horas, serão penalizados, beneficiando aqueles que chegaram atrasados. f) Finalmente, o presidente procede novamente à leitura do inciso V, frisando que em caso de saídas antes do horário de término previsto, sem justificativa, o mesmo constará como falta, e acrescenta que esse horário de término previsto será determinado em plenária e irá constar no momento da convocação. g) Conselheiro fala sobre o problema de ser colocado o tempo de uma hora e meia ou duas horas nos casos em que a pauta é curta e pode durar um tempo menor, h) Finalmente é acrescentado: "...antes do horário de término previsto, CONFORME CONVOCAÇÃO...". Logo, passa-se à análise da Seção II – DAS COMISSÕES. No parágrafo 1º do artigo 33, é modificado o tempo de confirmação do comparecimento às reuniões das comissões, não sendo mais de dez dias e sim de **quatro dias**. Na subseção I – Das atribuições da Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições, sem sugestões de alteração. Na Subseção II – Das atribuições da Comissão de Políticas Básicas e Garantia de Direitos, sem alterações. Na Subseção III – Das atribuições da Comissão de Acompanhamento de Projetos, sem alterações. O presidente questiona se o conselho pode propor legislação, para o qual uma das conselheiras afirma que o conselho pode recomendar ao vereador, David afirma que se envolver recurso público pode ser por iniciativa popular ou encaminhada proposta ao Executivo e este apresentar ao Legislativo. O presidente propõe acrescentar "ELABORAR PROPOSTAS LEGISLATIVAS, PREFERENCIALMENTE DE INICIATIVA POPULAR, RELACIONADAS à efetivação dos Direitos Humanos no âmbito municipal". Conselheiro sugere que seja colocado dentro do Art. 35, como inciso XIII, mas outros conselheiros propõem que seja atribuição da comissão de Políticas Básicas e Garantia de Direitos. Referente à Subseção IV – Das atribuições da Comissão de Comunicação e Mídia. No que diz respeito à divulgação, um dos conselheiros sugere que seja colocada a divulgação no Facebook, mantendo uma página aberta, mas conselheiras alegam que assim como o Orkut, é provável que passados alguns anos o Facebook venha ser um meio descartado, finalmente os conselheiros concordam que ficando a divulgação do conselho mediante as redes sociais, já estão implícitos os meios de divulgação existentes no momento. Logo, o presidente faz referência a outra das atribuições da Comissão de Comunicação e Mídia: EDITAR BOLETIM OU REVISTA SEMESTRAL "podendo ser a mesma impressa ou digital". Após é lido e analisado o Capítulo V referente às ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO. Referente à **SEÇÃO I – DO PRESIDENTE: APROVADA**. Logo, é analisada a **SEÇÃO II – DO VICE-PRESIDENTE**, na qual é acrescentada a competência de **representar judicialmente o Presidente em sua ausência**, (em caso de ausência ou entendimento do representante judicial). Na Seção III – DO PRIMEIRO SECRETÁRIO E SEGUNDO SECRETÁRIO, no inciso II, é solicitado especificar "... e os **representantes da comunidade** que quiserem se manifestar..." Também é feita a correção dos números que estavam errados nos incisos, considerando a sequência correta. Na Seção IV – DOS CONSELHEIROS: Art. 42 APROVADO, Art. 43 APROVADO. Seção V – DOS COORDENADORES DAS COMISSÕES: APROVADO. No Capítulo VI – DA SECRETARIA EXECUTIVA. Aprovado. Capítulo VII – DA CONSULTA E




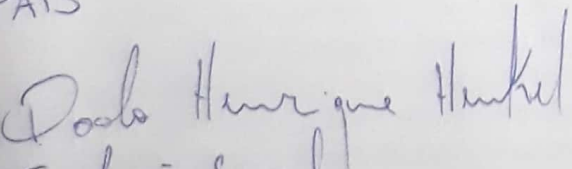


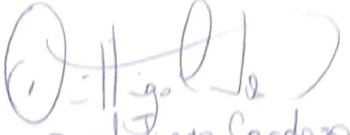
DAS CÓPIAS DE PROCESSOS: aprovado. Capítulo VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS: aprovado. Finalmente são feitas algumas correções de acordo com a Língua Portuguesa. O presidente coloca em deliberação da plenária, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE o Regimento Interno, conforme apresentado, com as correções feitas durante esta reunião.** Logo, informa que será publicado no Diário Oficial num prazo de dez dias. Não havendo mais nada a tratar, é dada por encerrada a reunião, e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, lavro esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.


  
Ana Lodi  
SEMEAR  
DIVERSIDADE

  
Thomas Hermann  
Sant'Ana 11 mil  
COOPERMAR BC  
AMBIENTAL

  
Daniela Soma Hoffmann  
PAIS

  
Paulo Henrique Hunkel  
Inclusão Social  
Débora Zomer Gomes Reber  
Biblioteca Bem viver

  
David Piago Cardoso.



PIP Carlos E. Gato